

Joaquim Nabuco e o “canto da sereia das ideias dominantes”¹*Joaquim Nabuco and the “siren song of the dominant ideas”*

ANCO MÁRCIO TENÓRIO VIEIRA

Universidade Federal de Pernambuco – Recife – Pernambuco – Brasil



Resumo: Para Joaquim Nabuco, a explicação para o atraso socioeconômico e cultural do Brasil residia na escravidão. Assim, em seu “mandato abolicionista” ele buscou tanto advogar pelos escravos e ingênuos quanto pela elite que, por não ter consciência de classe, desconhecia as suas verdadeiras “funções sociais” e políticas para com o seu País.

Palavras-chave: Joaquim Nabuco; Cientificismo Abolicionismo; Ausência de “divisão fixa de classes”

Abstract: For Joaquim Nabuco, slavery was the cause of Brazil’s cultural and socio-economic underdevelopment. Thus, in his “mandato abolicionista” (abolitionist term), he sought to advocate not only in favor of the slaves and their children (“ingênuos”), but also in favor of the economic elites which, devoid of class conscience, ignored their true political and social duties (“funções sociais”) to the country.

Keywords: Joaquim Nabuco; Scientism, Abolitionism, Absence of *rigid class division* (“divisão fixa de classes”)

Se há uma dúvida que persegue o jovem pesquisador acadêmico, esta reside em saber se o tema por ele escolhido ou que ele pretende escolher para a sua monografia de graduação, ou mesmo para a dissertação de mestrado ou tese de doutorado, já foi esgotado pelos pares. Essa hesitação surge particularmente quando o objeto a ser estudado é matéria de frequente investigação, a exemplo, no caso da literatura brasileira, das obras de Machado de Assis, Guimarães Rosa, Clarice Lispector, ou de temas que nunca saem da pauta universitária, como os modernismos dos Anos de 1920 e o romantismo. Quando sou procurado por esse pesquisador cheio de incertezas, costumo lembrar uma observação do jovem Gilberto Freyre e digo-lhe que pouco importa o tamanho da fortuna crítica deste ou daquele autor, deste ou daquele tema ou escola literária, o que é relevante, de fato, é ter sempre em mente que o conhecimento se constrói antes com interrogação do que com exclamação.²

Apesar da aparente obviedade do conselho (e como muitas obviedades, esquecemos o quanto elas encerram verdades), o fato é que o aluno, na sua experiência acadêmica, se depara muito mais com a prática da exclamação do que com a da interrogação. A academia, particularmente no campo das humanidades, tornou-se cada vez mais um espaço que busca conservar e reproduzir o já sabido (canonizando determinadas interpretações) do que um espaço que incentive novas perguntas e reflexões. Assim, temos, por exemplo, a canônica interpretação de Machado de Assis, a canônica explicação da nossa formação literária, e o canônico julgamento do Modernismo de 1922 (este, tomado como o único modernismo legítimo dos Anos 20). Diante de conceitos tão sedimentados, até chegamos a nos deparar com algumas interrogações que tentam se apresentar como inovadoras, mas, na verdade, ao sucumbir e reiterar as ideias e os conceitos dominantes e consolidados sobre o objeto em estudo, terminam, ao fim e ao cabo, apenas por travestir e dar aos velhos conceitos uma nova roupagem e, por extensão, incorrem em conclusões já conhecidas.

Ensina-nos o historiador Evaldo Cabral de Melo, que “não é nada fácil, mesmo para os mais lúcidos ou os

¹ O presente ensaio foi lido no *Seminário Reflexos de Nabuco*, promovido pela Fundação Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro), em 13 de outubro de 2010.

² “Ao Brasil não fariam mal mais pontos de interrogação; e menos pontos de exclamação. Ao contrário”, escrevia Gilberto Freyre em 3 de junho de 1923 na sua coluna “Da Outra América”, no jornal *Diário de Pernambuco*.

mais ousados, resistir ao canto da sereia das ideias dominantes”.³ A verdade, é que se, por um lado, não é nada fácil elaborar ou tentar elaborar uma interrogação ainda não formulada, por outro, que serventia tem mesmo a pesquisa universitária e os estudos de pós-graduação se não for esse o caminho a ser perseguido pelo pesquisador, seja ele júnior ou sênior? Resistindo ao “canto da sereia das ideias dominantes”, isto é, elaborando a pergunta que ainda não foi pensada, é que ele, o pesquisador, pode mudar o paradigma, a orientação das reflexões, das teorias e dos conceitos que até então vinham pautando determinado objeto de análise.

Joaquim Nabuco, o nosso objeto de estudo neste ensaio, diverso dos seus contemporâneos, conseguiu, no que diz respeito às explicações sobre o atraso socioeconômico-cultural do Brasil, “resistir ao canto da sereia das ideias dominantes”; cantos esses que ele, Nabuco, a exemplo dos marinheiros de Ulisses, preferiu antes obstar com cera os seus ouvidos do que se deixar levar por melodia tão sedutora, como tentaremos demonstrar nos próximos parágrafos.

II

O primeiro dos cantos “das ideias dominantes” observado por Nabuco vem dos diagnósticos que denunciam apenas os “efeitos” dos males do Brasil e esquecem “[...] a causa do problema” (NABUCO, 1999, p. 189). Um desses diagnósticos é citado por ele em sua obra *O Abolicionismo* (1883). Trata-se de parecer que Rui Barbosa escrevera, enquanto relator da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, sobre as condições do ensino público no Brasil. Nesse documento encontramos denúncias de “que somos um povo de analfabetos”, de “que a instrução acadêmica [assim como a “instrução secundária”] está infinitamente longe do nível científico desta idade”, e que a “instrução popular, na corte e nas províncias, não passa de um *desideratum*”. Para Nabuco, ao trocar a “causa” do problema pelo seu “efeito”, não ocorreu a Rui Barbosa perguntar “O que é a educação nacional num regime interessado na ignorância de todos”? Caso assim procedesse, constataria que “A senzala e a escola são pólos que se repelem” (NABUCO, 1999, p. 189). Ao trocar a causa do problema pelo seu resultado, o texto de Rui Barbosa substituiu a interrogação pela exclamação, isto é, o “efeito” do problema nulificou a sua provável “causa”.

O segundo desses cantos “das ideias dominantes” entoados quase como um coro em uníssono pela geração

de Nabuco – a de 1870 –, tomava a defesa dos pressupostos cientificistas como ferramentas teóricas e metodológicas que, quando corretamente aplicados, explicariam os motivos do nosso atraso ante a civilização europeia. Assim, lançava-se mão do Positivismo de Augusto Comte – “conotando as formas da teoria social que procuravam evitar toda referência ao sujeito atuante como um ator moral” (GIDDENS, 1978, p. 101) –; do Darwinismo Social – buscando “a transferência dos princípios da vida natural para a sociedade humana, quando essa transferência serve à justificação da desigualdade social ou ainda de diferenças raciais” (HELPERICH, 2006, p. 293) –; do Evolucionismo de Herbert Spencer – recorrendo-se a defesa da lei da integração e desintegração da matéria (a lei evolutiva) em todas as áreas do saber, denominada por Spencer de “filosofia sintética” (HELPERICH, 2006, p. 292); – e do naturalismo determinista de Hippolyte Taine – no caso, as interinfluências entre a “raça” (“as disposições inatas e hereditárias que o homem porta consigo ao nascer, e que ordinariamente são conjugadas às diferenças manifestadas no temperamento e na estrutura do corpo. Elas variam de acordo com os povos”), o “meio” (“Constatada a estrutura interior de uma raça, deve-se considerar o meio em que ela vive. Cedo o clima produziu seu efeito. [...] Cedo as circunstâncias políticas trabalharam [...]. Cedo, enfim, as condições sociais imprimiram sua marca”) e o “momento” (“Quando o caráter nacional e as circunstâncias ambientais operam, não operam sobre uma tábua rasa, mas sobre uma tábua onde impressões estão já marcadas. Se se toma a tábua num momento ou em outro, a impressão é diferente; e isso basta para que o efeito total seja diferente.”) (apud SOUZA 2006, p. 211). O conjunto dessas teorias (umas mais do que outras serão predominantes nos estudos daquela Geração) se firmou como verdadeiro remédio milagroso tanto para a crítica literária, sociológica e histórica quanto para o discurso político na segunda metade dos oitocentos e primeiras décadas do século XX.

Para os contemporâneos de Nabuco, raça, meio e cultura se interpenetram e determinam o destino de um povo e de uma nação. Como defendia Sílvio Romero (1953, p. 77, t. 1), um dos próceres dessa geração, não era mais possível a análise histórica sem a crítica, assim como era inadmissível a prática da crítica sem que se lançasse mão das ciências naturais. O meio era o expediente que explicava tanto a política quanto a economia de base escravagista no país; as raças – no caso, a miscigenação e a “incapacidade relativa” (ROMERO, 1953, p. 94, t. 1) das três matrizes étnicas formadoras do Brasil – forneciam as chaves para a compreensão da “neurastenia do mulato do litoral [...], a rigidez do mestiço do interior [...], [e] a apatia do mameluco amazonense” (ORTIZ, 1986, p. 16). Por fim, as manifestações

³ Observação feita pelo historiador Evaldo Cabral de Mello na contracapa do livro de Maria Lúcia Garcia Pallares-Burker. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

culturais advindas desse meio e dessa raça encerravam as carências e as deficiências de um meio inóspito e desse cadinho de raça. Mais uma vez temos, aqui, uma pseudo-interrogação promovida pelos cientificistas sobre a realidade brasileira, pois essa interrogação se anulava no próprio pressuposto teórico-metodológico adotado para desvelar a realidade nacional; a pergunta torna-se insignificante no instante em que é formulada, pois ela, fomentada a partir das teorias cientificistas, já encerra a sua própria resposta.

No entanto, nem sempre entre esses intelectuais da Geração de Nabuco havia unanimidade sobre como se dava a ação do meio sobre a raça. De um lado, estavam os que delegavam ao meio a modelagem das raças, como era defendido por Jean-Baptiste Lamarck, em sua lei dos caracteres adquiridos. No caso, a tese de que “o meio ambiente e o comportamento têm a capacidade de influenciar os caracteres hereditários” (DIWAN, 2007, p. 31); de outro, os que defendiam que o clima apenas preservava as “predisposições nativas”. Como exemplo dos adeptos do lamarckismo, encontrava-se o crítico Araripe Júnior (1958 [1886], p. 494), que creditava ao meio físico “ação catalítica” e “quimificação [na] psicose” de todos aqueles que aportaram no Brasil. É o que ele denominava de “obnubilação brasílica”. É na “obnubilação brasílica” que se encontrava “a chave para a compreensão da originalidade da literatura brasileira, pelo menos nos dois primeiros séculos” da colonização. Defendendo a segunda tese, temos Sílvio Romero. Segundo o crítico sergipano, “Pela lei darwiniana da transformação dos seres, entendidas o mais latamente, as raças despontaram diferentes em climas diferentes também. Os climas depois disto só têm feito conservar e fortalecer as predisposições nativas” (ROMERO, 1953, p. 85, t. 1). Romero explicava os nossos males socioculturais tanto pela “incapacidade relativa” das raças que constituem o nosso mosaico humano quanto pelos “efeitos do calor [e de] todos os produtos da natureza que a cerca” (ROMERO, 1953, p. 99, t. 1). Para ele,

Temos uma população mórbida, de vida curta, achacada e pesadosa em sua mor parte. E que relação tem isso com a literatura brasileira? Toda. É o que explica a precocidade de nossos talentos, sua extenuação pronta, a facilidade que temos em aprender e a superficialidade de nossas faculdades inventivas.// O trabalho intelectual é no Brasil um martírio: por isso pouco produzimos: cedo nos cansamos, envelhecemos e morremos depressa.// A nação precisa mais de um regime dietético acertado e caprichoso do que mesmo de um bom regime político” (ROMERO, 1953, p. 101, t. 1).

Surdo ao “canto da sereia das ideias dominantes”, Nabuco desconsidera tanto as explicações que se voltam

para os efeitos em detrimento da causa quanto não abraça acriticamente as teses da “relativa incapacidade” das raças formadoras do Brasil, da “quimificação [na] psicose”, da “obnubilação brasílica” e do “regime dietético acertado e caprichoso”. No entanto, se os cantos maviosos das ideias dominantes não seduzem intelectualmente Nabuco, já que ele nem se deixa levar cegamente pelas explicações que atribuem à raça e ao meio as causas do nosso atraso socioeconômico e cultural (apesar dele não ser imune a essa produção teórica, já que acreditava na evolução e no progresso histórico dos povos; e disso dá várias provas ao longo da sua obra),⁴ muito menos se alinha aos que

⁴ Em *O Abolicionismo*, no capítulo intitulado “Influência da escravidão sobre a nacionalidade”, lemos: “Muitas das influências da escravidão podem ser atribuídas à raça negra, ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros ainda, às suas superstições grosseiras. A fusão do catolicismo, tal como o apresentava ao nosso povo o fanatismo dos missionários, com a feitiçaria africana, influência ativa e extensa nas camadas inferiores, intelectualmente falando, da nossa população, e que pela ama-de-leite, pelos contatos da escravidão doméstica, chegou até aos mais notáveis dos nossos homens; a ação de doenças africanas sobre a constituição física de parte do nosso povo; a corrupção da língua, das maneiras sociais, da educação e outros tantos efeitos resultantes do cruzamento com uma raça num período mais atrasado de desenvolvimento; podem ser consideradas isoladamente do cativo. Mas, ainda mesmo no que seja mais característico dos africanos importados, pode afirmar-se que, introduzidos no Brasil, em um período no qual não se desse o fanatismo religioso, a cobiça, independente das leis, a escassez da população aclimada, e sobretudo a escravidão, doméstica e pessoal, o cruzamento entre brancos e negros não teria sido acompanhado do abastardamento da raça mais adiantada pela mais atrasada, mas de gradual elevação da última” (NABUCO, 1999, p. 145). Analisando essa passagem de *O Abolicionismo*, Evaldo Cabral de Mello comenta: “quando examinamos os exemplos que [Nabuco] dá, constata-se que a palavra “raça” é empregada sem rigor conceitual, desleixadamente, se é que ela possa ser jamais utilizada de maneira precisa.// A prova é que Nabuco enumera sob essa etiqueta características que hoje seriam consideradas de natureza cultural, como a influência da religiosidade africana ou a corrupção da língua portuguesa através da escravidão doméstica” (MELLO, 2000, p. 18). Evaldo Cabral de Mello faz uma observação acertada, pois Nabuco, encerrando princípios da Ilustração, parece tomar o “desenvolvimento mental atrasado” dos africanos como equivalente à ideia de “instintos bárbaros” e, entre esses “instintos”, encontravam-se as suas “superstições grosseiras”, “a feitiçaria africana” que, para ele, não eram menos grosseiras do que “o fanatismo dos missionários” católicos. Logo, esses missionários teriam também um “desenvolvimento mental atrasado”, pré-Iluminista, filhos de uma Igreja ainda envolta no obscurantismo firmado no Concílio de Trento. No entanto, não podemos esquecer que as teorias cientificistas não distinguem raça de cultura. A cultura era uma expressão das raças, e ocupando o negro (com o “seu desenvolvimento mental atrasado”), dentro da escala valorativa das raças, uma posição inferior, sua produção cultural só poderia corresponder ao seu estágio evolutivo. Ora, é por tomar cultura e raça como partes de um todo, que lemos n’*O Abolicionismo* a defesa de Nabuco, fazendo coro com a quase totalidade dos seus contemporâneos, da imigração europeia como um meio de contrabalançar a influência cultural da raça negra: “Compare-se com o Brasil atual da escravidão o ideal de pátria que nós, abolicionistas, sustentamos: um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, a imigração europeia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásio vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo, em vez dessa onda chinesa, com que a grande propriedade aspira a viciar e corromper ainda mais a nossa raça; um país que de alguma forma trabalhe originalmente para a obra da humanidade e para o adiantamento da América do Sul” (NABUCO, 1999, p. 237-238). Nabuco, assim como muito dos seus contemporâneos, acreditava, dentro das teses do “racismo científico”, que no cruzamento entre brancos e negros, “a raça mais adiantada” terminaria por elevar gradualmente a

elencam as carências e privações da nossa sociedade sem verticalizar a razão desse estado de coisas, qual é, então, o seu Ovo de Colombo, isto é, qual é a pergunta que ele formula e, por desdobramento, a resposta que ele oferece? Pergunta e resposta essas que o levam a se distinguir entre os seus contemporâneos, projetando a sua obra para além do seu tempo histórico? Sua resposta constitui a tese central de *O Abolicionismo*: “a causa principal de todos os nossos vícios, defeitos, perigos e fraquezas nacionais” (NABUCO, 1999, p. 232) residia na escravidão. Ou seja, a instituição da escravidão não só contaminava toda a estrutura socioeconômico-político-cultural do País no presente, quanto comprometia o seu futuro pleno como povo e nação:

O nosso caráter, o nosso temperamento, a nossa organização toda, física, intelectual e moral, achase terrivelmente afetada pelas influências com que a escravidão passou trezentos anos a permear a sociedade brasileira. A empresa de anular essas influências é superior, por certo, aos esforços de uma só geração, mas, enquanto essa obra não estiver concluída, o abolicionismo terá sempre razão de ser (NABUCO, 1999, p. 9).

Dezessete anos depois, em seu livro de memórias – *Minha formação* (1900) –, ele irá reafirmar o seu prognóstico ao escrever que “A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil” (NABUCO, 1981, p. 131). Em outras palavras: ou se destrói a obra (a cultura) da escravidão, ou nenhum processo de embranquecimento levado a cabo irá ser exitoso.

Mas apesar de estar convencido de que a sua exposição, quanto aos problemas do Brasil, foi acertada, Nabuco observa, como a delimitar terreno entre ele e os seus contemporâneos, que “toda a literatura política, liberal ou republicana” não atribui “à escravidão uma parte sequer do nosso atraso”, trata-a “como um órgão rudimentar e inerte” (NABUCO, 1999, p. 189). No entanto, a interrogação e a resposta de Nabuco sobre a “causa principal de todos os nossos vícios, defeitos, perigos e fraquezas nacionais” têm um ponto nevrálgico: esse pormenor sensível não está nem na influência decisiva da escravidão na formação da sociedade

brasileira, nem no seu “custo ruinoso” no presente. O ponto nevrálgico passa pelos “efeitos da [...] continuação indefinida” da escravidão no futuro da Nação (NABUCO, 1999, p. 1), da continuidade dos “vícios, defeitos, perigos e fraquezas” do passado e do presente. Continuidade esta, segundo Nabuco, que só poderá ser obstada com um “programa sério de reformas” que suprima “efetivamente a escravidão da constituição social”; reformas que passam pela “educação”, pela “religião purificada”, por “um novo ideal de Estado” e pela “imigração europeia”, (NABUCO, 1999, p. 237). Neste caso, só o sangue europeu, física e mentalmente tido como superior, poderia corrigir “Muitas das influências da escravidão [que] podem ser atribuídas à raça negra, ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros ainda, às suas superstições grosseiras” (NABUCO, 1999, p. 145). Se para os americanos a mestiçagem era um mal a ser evitado, para Nabuco ela não só se mostrava positiva, como permitia inverter os pressupostos cientificistas: pois será por meio dela que o branqueamento racial e, por extensão, a ocidentalização da nossa vida cultural alcançaria o seu perfazimento (ver RISÉRIO, 2007, p. 39-67).

Com essas reformas Nabuco deseja que a nação alcance “A anistia, o esquecimento da escravidão; a reconciliação de todas as classes; a moralização de todos os interesses; a garantia da liberdade nos contratos; a ordem nascendo da cooperação voluntária de todos os membros da sociedade brasileira” (NABUCO, 1999, p. 238-239); com essas reformas ele acredita ser possível restituir tanto “o elemento da dignidade humana” na “consciência nacional” (NABUCO, 1999, p. 1) quanto preservar no futuro o que ele considera um dos legados mais felizes do nosso processo civilizatório, quando comparado com a experiência americana: a inexistência, entre os brasileiros, da “prevenção da cor” (NABUCO, 1999, p. 173). Assinala:

A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor – falando coletivamente – nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. Por esse motivo, o contato entre elas sempre foi isento de asperezas, fora da escravidão, e o homem de cor achou todas as avenidas abertas diante de si. Os debates da última legislatura, e o modo liberal pelo qual o Senado assentiu à elegibilidade dos libertos, isto é, ao apagamento do último vestígio de desigualdade da condição anterior, mostram que *a cor no Brasil não é, como nos Estados Unidos, um preconceito social* contra cuja obstinação pouco pode, o talento e o mérito de quem incorre nele. Essa boa inteligência em que vivem os elementos, de origem diferente, da nossa nacionalidade é um interesse público de primeira ordem para nós (NABUCO, 1999, p. 25). (grifo nosso).

raça mais atrasada, o que resultaria, dentro de cinco ou seis gerações de intercurso com o sangue caucasiano, por fazer do Brasil um País de brancos. Note-se, no entanto, como bem observa Antonio Risério (2007, p. 44), que se a cartilha do “racismo científico” pregava que “a miscigenação deveria ser vista em termos negativos, já que misturas raciais produziam híbridos degenerados”, no Brasil essa cartilha será lida a partir de uma ótica muito particular, distinta da que foi abraçada nos Estados Unidos. Aqui, a miscigenação foi defendida por se acreditar que o embranquecimento calçaria a “nossa realização plena como povo e nação”.

A inexistência, entre os brasileiros, da “prevenção da cor” e, por desdobramento, do “preconceito social” é resultado dos “contatos entre aquelas [duas raças], desde a colonização primitiva dos donatários até hoje, [que] produziram uma população mestiça, [...] e os escravos, ao receberem a sua carta de alforria, recebiam também a investidura de cidadão”. Esse delicado processo sociocultural – em que o escravo de hoje pode, amanhã, ser um liberto com todos os direitos de cidadão, ou o seu filho mestiço, de acordo com a circunstância e com o status social por ele alcançados, possa ser tomado como branco, gozando de todos os privilégios que tal condição proporciona – resulta, segundo Nabuco, no fato de que “Não há assim, entre nós, *castas sociais perpétuas*, não há mesmo divisão fixa de classes” (NABUCO, 1999, p. 173) (grifo nosso).⁵

E aqui Nabuco observa outra questão a ser enfrentada. Se, por um lado, essa transigência racial e social é vista como positiva por Nabuco (pois, como já afirmamos, não havendo “prevenção da cor” nem “preconceito social” entre os brasileiros o branqueamento racial sofreria uma aceleração com a imigração europeia), por outro, ele não vai deixar de assinalar que uma das consequências dessa ausência de “castas sociais perpétuas” é que a “aristocracia territorial” brasileira desconhece quais são as suas “funções sociais” para com o país. Cito:

uma aristocracia territorial pode servir ao país de diversos modos: melhorando e desenvolvendo o bem estar da população que a cerca e o aspecto do país em que estão encravados os seus estabelecimentos; tomando a direção do progresso nacional; cultivando, ou protegendo, as letras e as artes; servindo no exército e na armada, ou distinguindo-se nas diversas carreiras; encarnando o que há de bom no caráter nacional, ou as qualidades superiores do país, o que mereça ser conservado como tradição (NABUCO, 1999, p. 185).

No entanto, não existindo, “entre nós, castas sociais perpétuas”, nem mesmo “divisão fixa de classes”, a interrogação é: “que papel permanente desempenha no Estado uma aristocracia heterogênea e que nem mesmo mantém a sua identidade por duas gerações?” (NABUCO, 1999, p. 185).

III

Estamos diante de duas das principais proposições que calçam o pensamento de Joaquim Nabuco n’*O Abolicionismo*, pois são proposições que cruzam e confundem o passado com o presente e, por desdobramento, encerram as projeções do futuro desejado para o País. Se a ausência da “prevenção da cor” e do “preconceito social” são legados a ser preservados, a falta de “identidade”, entre as elites brasileiras, por não mais do que duas gerações, é uma herança que compromete os rumos políticos, sociais,

econômicos e culturais da nação e da geração seguinte. Essa arguta percepção de Nabuco terá uma influência marcante (mas ainda pouco estudada) em algumas das análises que irão se firmar a partir dos anos 30 do século XX, a exemplo de muita das teses que serão defendidas por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.⁶

⁵ A propósito dessa relação que Nabuco faz entre ausência da “prevenção da cor” e do “preconceito social”, citamos aqui passagem de *Viagens ao Nordeste do Brasil* (1816), de Henry Koster: “Não obstante as ligações dos mulatos, por um lado, com a raça negra, eles se consideram superiores aos mamelucos. Sua inclinação é para os brancos, e como os indígenas estão ocultos, orgulham-se de nada ter de comum a eles. Os mulatos, porém, lembram-se de sua filiação com os homens que continuam em estado de escravidão e muitas pessoas de sua própria cor jazem sob essa degradante circunstância, daí provindo o sentimento de inferioridade na companhia dos brancos, se esses brancos são ricos e poderosos. Essa desigualdade de níveis não é muito sensível entre os brancos das classes pobres da sociedade e são mais facilmente levados a ter familiaridade com indivíduos de sua cor que estão em situação de prosperidade. De mais, essa inferioridade que o mulato sente é mais produzida pela pobreza do que pela sua pele, e ele mantém a mesma posição respeitosa para com uma pessoa de sua casta que tenha a felicidade de ser rica. A degradante situação do povo de cor nas colônias britânicas é mais lamentável. As ligeiras regulamentações existentes contra eles não são praticadas no Brasil. Um mulato entre para as Ordens religiosas ou é nomeado para a Magistratura desde que seus papéis digam que ele é branco, embora seu todo demonstre plenamente o contrário. Conversando numa ocasião com um homem de cor que estava ao meu serviço, perguntei-lhe se certo Capitão-Mor era mulato. Respondeu-me: *era, porém, já não é! E como lhe pedisse eu uma explicação, concluiu: Pois Senhor, um Capitão-Mor pode ser Mulato?*” (KOSTER, 2002, p. 597-598, v. 2).

⁶ A tese levantada por Nabuco sobre a ausência de “prevenção da cor” e de consciência de classe entre os brasileiros – sejam eles da “aristocracia territorial”, sejam das demais camadas sociais que constituíam a sociedade brasileira – será retomada tanto por Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & senzala* (1933) quanto por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936). No caso da consciência de raça, Freyre (1984:195-196) vai afirmar que “Na falta de sentimento ou da consciência da superioridade da raça, tão salientes nos colonizadores ingleses, o colonizador do Brasil apoiou-se no critério da pureza da fé. Em vez de ser o sangue foi a fé que se defendeu a todo transe da infecção ou contaminação com os hereges”. Já no quesito consciência de classe, nota Freyre (1984:217) que “Depois de cinco séculos não se haviam estratificado as classes sociais em Portugal em exclusivismos intransponíveis”. Citando Alberto Sampaio, Freyre assinala que “Qualquer que fosse a sua preponderância em certo tempo, [...] a nobreza [portuguesa] nunca conseguiu formar uma aristocracia fechada; a generalização dos mesmos nomes a pessoas das mais diversas condições, como acontece com apelidos atuais, não é um fato novo da nossa sociedade; explica-o assaz a troca constante de indivíduos, duns que se ilustram, doutros que voltam a massa popular donde haviam saído”. A conclusão de Freyre, é que a sociedade portuguesa era “móvel e flutuante como nenhuma outra, constituindo-se e desenvolvendo-se por uma intensa circulação tanto vertical como horizontal de elementos os mais diversos na procedência”. O reflexo dessa realidade no Brasil é que “Colonos de origem elevada aqui se desprestigiaram, vencidos na competição em torno das melhores terras e do maior número de escravos agrários”. Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda (1981:7) evoca e cita a mesma aludida passagem de Alberto Sampaio, para depois concluir que “Toda gente sabe que nunca chegou a ser rigorosa e impermeável a nobreza lusitana. Na era dos grandes descobrimentos marítimos, Gil Vicente podia notar como a nítida separação das classes sociais que prevalecia em outros países, era quase inexistente entre seus conterrâneos”. Talvez aqui resida um dos pontos de atrito entre as teses de Freyre e as da Escola Paulista de Sociologia: ler a realidade brasileira a partir da sua mobilidade social e racial, tomando essas flutuações de classe e de cor como responsáveis pelas ausências de consciência de classe. Sendo uma escola de forte influência marxista, a Escola Paulista de Sociologia tinha no fator classe e na sua consciência as chaves para ler e interpretar a realidade brasileira. Ao excluir a ideia de consciência de classe das suas ferramentas analíticas e teóricas, Freyre desconsidera qualquer projeto revolucionário (no sentido marxista do

Para Nabuco, a ausência da “prevenção da cor” entre os brasileiros é o saldo da “extensão ilimitada dos cruzamentos sociais entre escravos e livres, que fazem da maioria dos cidadãos brasileiros, se se pode assim dizer, mestiços políticos, nos quais se combatem duas naturezas opostas: a do senhor de nascimento e a do escravo doméstico” (NABUCO, 1999, p. 173-174). Assim, um dos propósitos dos abolicionistas é que eles

querem conciliar todas as classes, e não indispor umas contra as outras; que não pedem a emancipação no interesse tão somente do escravo, mas do próprio senhor, e da sociedade toda; não podem querer *instilar no coração do oprimido um ódio que ele não sente*, e muito menos fazer apelo a paixões que não servem para fermento de uma causa, que não se resume na reabilitação da raça negra, mas que é equivalente, como vimos à reconstituição completa do país” (NABUCO, 1999, p. 29) (grifo nosso).

Se a ausência de ódio “no coração do oprimido” é um sentimento a ser preservado no Brasil pós-abolicionismo, o mesmo não se pode dizer da falta de “castas sociais perpétuas” ou de “divisão fixa de classes”. Estas não só resultaram e resultam na “confusão de classes e indivíduos” (NABUCO, 1999, p. 173), como, por extensão, numa aristocracia que não sabe qual papel desempenhar perante o Estado ou mesmo quais são as suas “funções sociais” para com o país. Ora, se “A vocação de uma classe para a dominação significa que é possível organizar o conjunto da sociedade em conformidade com os seus interesses de classe a partir desses interesses, a partir da sua consciência de classe” (LUKÁCS, 1974, p. 66), Nabuco, no que diz respeito à “classe única” dos proprietários, vai afirmar que “não é a aristocracia do dinheiro, nem a do nascimento, nem a da inteligência, nem a do patriotismo, nem a da raça” (NABUCO, 1999, p. 185) que os unem, mas a manutenção da escravidão. Dessa forma, eles terminam por identificar “o Brasil com a escravidão. Quem a ataca é logo suspeito de conivência com o estrangeiro, de inimigo das instituições do seu próprio país”. Era o que José Bonifácio, citado por Nabuco, chamava de “patriotismo de casta ou de raça; isto é, um sentimento que serve para

unir todos os membros da sociedade, é explorado para o fim de dividi-los” (NABUCO, 1999, p. 188). Assim como no Brasil, Nabuco nota que também “Nos Estados Unidos, ‘a instituição particular’ por tal forma criou em sua defesa essa confusão, entre si e o país, que pôde levantar uma bandeira sua contra a de Washington, e produzir, numa loucura transitória, um patriotismo separatista desde que se sentiu ameaçada de cair deixando a pátria de pé” (NABUCO, 1999, p. 187).

Ainda dentro do quesito interesses e conflitos de classe, um pergunta, tomada de Anthony Giddens (1978, p. 108), nos vem a calhar: “mas o que acontece com as divisões de interesses e conflitos que não estão especificamente ligados às classes”, mas apenas, diria Nabuco, na manutenção de uma instituição: a escravidão? Para Nabuco, a “confusão de classes e indivíduos” resultante da miscigenação torna nebulosa a real consciência a desempenhar na extirpação do “órgão rudimentar e inerte” que é a escravidão. Tanto os brancos quanto os mestiços e negros libertos detentores de capital e bens se reconhecem como membros de uma mesma classe: a dos senhores de escravo. Assim, ao justificar o seu “mandato abolicionista”, Nabuco se coloca como o “advogado gratuito de duas classes sociais que, de outra forma, não teriam meios de reivindicar os seus direitos, *nem consciência deles*. Essas classes são: os escravos e os ingênuos [i.é., os filhos dos escravos]” (NABUCO, 1999, p. 21) (grifo nosso). Ao colocar seu “mandato abolicionista” nesses termos, Nabuco não somente está negando a possível consciência que os escravos possam ter dos seus direitos e do real sentido que eles possuem da sua condição histórica, mas desarmando-os de reivindicarem esses mesmos direitos por meios revolucionários (a exemplo do uso da força e da revolta popular). Nabuco parece desacreditar que o escravo possa ter consciência da sua real condição de cativo e de todos os males resultantes da escravidão para a construção de um país moderno e livre (pois, para o escravo, ser livre era poder também possuir escravos), e “infere uma conclusão política conservadora: as transformações civilizadoras só poderiam vir de ‘cima’” (ALMINO, 2012, p. 102). No caso, de uma elite verdadeiramente liberal que pudesse se opor à instituição da escravidão e, por sua vez, estagnar esse ciclo vicioso em que brancos e libertos se inscrevem como participantes de uma mesma classe social pelo fato de possuírem escravos. O cativo de hoje pode ser o cidadão de amanhã. Ocorrendo essa mudança de status social e racial, o agora ex-escravo pode não mais se identificar com a dor do seu irmão de cor e ex-irmão de cativo. Tal realidade constitui o que um marxista clássico denominaria como “a rivalidade entre o interesse de classe [no caso do Brasil, de raça] e o interesse individual” (LUKÁCS, 1974, p. 78). Ou seja, os limites objetivos, ou os interesses

termo) que tenha existido ou que venha a existir por parte dos brasileiros. Por sua vez, reafirma a ideia de que os que aqui aportaram desde o século XVI vieram para constituir uma nova vida, em detrimento da sua origem, do status social ou de raça que porventura eles tivessem no alémmar. As revoltas ou revoluções políticas seriam antes frutos de certos interesses contrariados (em particular, das elites) do que de um projeto de reformulação verticalizante da sociedade. Resolvido o conflito, tudo voltaria ao estado anterior. Um exemplo é dado pelo próprio Freyre, em *Ordem e progresso* (1957), quando comenta a passagem de mudança de regime entre a Monarquia e a República. O que ocorrera foi “Uma revolução muito sem classe: não houvera uma única morte para lhe dar dignidade ou sequer respeitabilidade”. Ou seja, para Freyre as elites e o povo preferiram transigir do que ver a quebra da “unidade”, da “ordem social” e do “progresso econômico”. (FREYRE, 1990, p. 5).

e conflitos, entre, de um lado, o que vem a ser escravo, ser negro, ser mestiço e ser branco no Brasil e, de outro, entre o que vem a se constituir um cidadão proprietário de coisas e de homens ou um cidadão remediado ou pobre. Esses limites objetivos tornam-se as linhas demarcatórias da própria consciência do que é pertencer a esta ou aquela classe, ou se inscrever nesta ou naquela classificação racial.

IV

Voltando ao início da nossa exposição, podemos agora aclarar melhor os motivos que levaram Nabuco a ter em plano secundário as explicações do meio e da raça como a “causa principal de todos os nossos vícios, defeitos, perigos e fraquezas nacionais”. Se, para essa “classe única” dos proprietários de escravos, o Brasil se confunde com a escravidão e vice-versa, tomar esta instituição “como um órgão rudimentar e inerte” parecia ser o caminho natural de “toda a literatura política, liberal ou republicana”. “Literatura” esta que não atribuía “à escravidão uma parte sequer do nosso atraso”. Daí a força explicativa que os textos cientificistas tomam, valendo-se do meio e da raça como fenômenos que justificariam o nosso atraso. Ao trocar a exclamação pela interrogação, o efeito pela causa, esses textos terminam por compactuar com os princípios de uma elite que desconhece suas “funções sociais” para com o país, que prefere as explicações naturais e biológicas como as motivadoras do nosso atraso do que as explicações estruturais que residem no regime escravista e contamina as instituições da sociedade como um todo. As explicações cientificistas do nosso atraso não se constituíam apenas em mais um modismo intelectual importado para ilustrar os salões literários e adornar os discursos políticos, sociais, econômicos, filosóficos e sociais dos políticos e da intelectualidade pátria (males estes que o sistema intelectual brasileiro é vítima até os dias que correm), e, sim, e este é o ponto a ser frisado, é que esse discurso “científico” vinha atender a demanda das nossas elites escravocratas e políticas na manutenção do seu *status quo*. O discurso “científico”, que se adornava de crítico e revolucionário, vinha encobrir, na verdade, a causa do nosso atraso e, por decorrência, se mostrava antes um discurso reacionário do que um discurso renovador e progressista. Assim, ao colocar a escravidão na ordem do dia, como “causa principal de todos os nossos vícios, defeitos, perigos e fraquezas nacionais”, Nabuco põem um pé atrás tanto em relação ao “canto da sereia das ideias dominantes” – as explicações cientificistas –, como também – e aqui está o oxigênio das suas ideias – se nega a transigir com os intelectuais da sua geração e com aqueles que são os membros da sua classe social.

O Abolicionismo é uma obra onde Nabuco não apenas denuncia a escravidão como a “causa principal de todos os nossos vícios, defeitos, perigos e fraquezas nacionais”, mas onde ele tenta chamar ao dever as elites do seu país, revelando-lhes, dentro da razão do “liberalismo democrático” (Bosi 2006:46-49), todos os ganhos materiais e morais que a nação teria com a abolição da escravatura. No caso da “aristocracia territorial” brasileira, Nabuco nota que ela se revela tão insensível à “dignidade humana” do escravo quanto à ruína material e moral que a escravidão provoca. Sendo assim, ele se reveste do mesmo papel que um dia fora o de outro reformador social e político – José Bonifácio de Andrade e Silva –, quando propôs, em 1823, à Assembleia Nacional Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, regulamentos sobre a escravatura e a “progressiva emancipação” dos cativos (SILVA, 1998, p. 46). Ele, Nabuco, assim como José Bonifácio cinquenta anos antes, toma para si não somente viver a política “com P grande, isto é, da política que é história” (NABUCO, 1981, p. 41), mas tenta encerrar em si a consciência e o dever de classe que ele acusa faltar aos que pertenciam ao seu grupo social. Encerrando em si uma concepção e um dever de elite com “E” grande – a que tem consciência das suas “funções sociais” –, Nabuco tomava a missão de resolver as questões seculares que travancavam o progresso brasileiro, como se tudo dependesse apenas dele e de mais alguns companheiros de geração, a exemplo de André Rebouças, Joaquim Serra, Ferreira de Meneses e Luís Gama. Assim, o “mandato abolicionista” de Nabuco não é apenas o do “advogado gratuito de duas classes sociais que, de outra forma, não teriam meios de reivindicar os seus direitos, *nem consciência deles*” – os escravos e os ingênuos –, mas também o do “advogado gratuito” de uma elite que, por não encerrar uma consciência de classe, desconhece as suas verdadeiras “funções sociais” e políticas para com o seu País.

Referências

- ALENCAR, José Almino de. *Joaquim Nabuco: a história em primeira pessoa*. In: ALONSO, Angela; JACKSON, Kenneth David. São Paulo: HUCITEC Editora Fapesp, 2012. p. 98-111.
- ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Literatura Brasileira*. In: *Obra crítica Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa, 1958. p. 489-497. v. 1 (1868-1887).
- BOSI, Alfredo. *Brás Cubas em três versões: estudos machadianos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- DIWAN, Pietra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

- FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- GIDDENS, Anthony. *Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva das sociologias compreensíveis*. Trad. Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- HELFERICH, Christoph. *História da filosofia*. Trad. Luiz Sérgio Repa; Maria Estela Heider Cavalheiro; Rodnei do Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 14. Ed. Prefácio de Antonio Candido. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudo da dialética marxista*. Trad. Telma Costa. Porto: Publicações escorpião, 1974.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 11. ed. Trad. e prefácio de Luís da Câmara Cascudo; estudo introdutório e organização de Leonardo Dantas Silva. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2002. v. 2.
- MELLO, Evaldo Cabra de Reier. O Abolicionismo. *Folha de São Paulo*, Caderno "Mais", (2000), 27/2, p. 18.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Prefácio de Leonardo Dantas Silva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. 10. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- RISÉRIO, Antonio. *A utopia brasileira e os movimentos negros*. São Paulo: Ed. 34, 2007.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 5. ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. 5 t., t. 1.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. Org., introdução e cronologia Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (Coleção retratos do Brasil).
- SOUZA, Nabil Araújo de. O advento da moderna crítica literária na França no século XIX: de Mme. de Staël a Gustave Lanson. *Caligrama – Revista de Estudos Românicos*, Belo Horizonte, Faculdade de Letras/UFMG, v. 11, p. 201-221, dez. 2006.

Recebido: 08 de março 2013
Aprovado: 15 de abril de 2013
Contato: ancovieira@yahoo.com.br